

Represa Billings

Estudo aponta desmatamento na Bacia da Billings superior ao da Amazônia

De 1989 a 1999 a Bacia da represa Billings, que ocupa uma área de 583 km², perdeu cerca de 6,8% de sua cobertura vegetal. Esse número é superior à atual taxa de desmatamento da Amazônia, de 4%. O desmatamento da região coloca em risco o maior reservatório de água da região metropolitana de São Paulo, que hoje abastece 1 milhão de pessoas.



Imagem cedida pelo Instituto Socioambiental

A principal causa da remoção de áreas verdes na Bacia da Billings foi o crescimento desordenado de ocupação humana, que se deu principalmente em áreas com severas restrições de uso, mostrando que a ocupação tem sido feita de forma desordenada e sem o planejamento ambiental adequado.

Essas são as principais conclusões de um estudo realizado pelo Instituto Socioambiental (ISA), "Billings 2000 - Ameaças e Perspectivas para o Maior Reservatório de Água da Região Metropolitana de São Paulo", lançado nesta segunda-feira em São Paulo, em reunião na Secretaria do Meio Ambiente.

As áreas de séria e severa restrição de uso incluem várzeas, regiões de encostas íngremes e terras alagáveis. "Moro na região do Ribeirão Vermelho e acima dele já está tudo desmatado. A destruição é muito grande, as autoridades precisam ir lá para verificar como estão destruindo tudo", afirmou Anildo Faleiro, morador da região e membro da Sociedade Amigos da Cidade Nova América, durante o evento de lançamento do estudo.

Calcula-se que a expansão urbana na área da Bacia foi de 31,7% no período estudado e que já passou da zona histórica de ocupação, que ficava na região fronteira à área metropolitana, para o outro lado do braço da represa.

O número torna-se mais crítico se comparado à taxa de crescimento total da população metropolitana de São Paulo - 7,57%. "Isso demonstra que a ocupação da Bacia da Billings ainda não está consolidada e tende a aumentar. 51,6% do crescimento populacional do município de São Paulo ocorreu dentro da Bacia da Billings", afirma João Paulo Ribeiro Capobianco, um dos autores do estudo.

Atualmente, um pouco mais da metade da área da Bacia é ocupada por Mata Atlântica em estágio médio ou avançado de regeneração. Incluindo-se áreas de regeneração recente e reflorestamento, o total de cobertura vegetal atinge 53%. Porém, apenas 7% do total são protegidos por unidades de conservação. "Este estudo demonstra que há uma necessidade urgente de estabelecer zonas de proteção total dentro da Bacia da Billings e de estabelecer um plano de ocupação que direcione a população para as regiões mais favoráveis", afirma Capobianco.

Além da ocupação urbana, a Bacia da Billings enfrenta outros problemas que ameaçam o maior reservatório de água da região metropolitana de São Paulo. Entre eles, há os projetos de construção do rodoanel com três trevos de interligação dentro da área da bacia.

Outro problema refere-se à existência de aterros e lixões em suas proximidades. Apesar de desativados, as toneladas de resíduos industriais e domiciliares depositados nesses lixões causam a contaminação do lençol freático e o risco de contaminação da água da represa.

O estudo aponta outra tendência que pode se transformar em mais uma dor de cabeça para a preservação da Billings. Atualmente apenas 0,6% de sua área é utilizada pela atividade mineradora. Mas, segundo Capobianco, há em tramitação pedidos de utilização da área para a retirada de areia ou de pedra brita que, se aprovados, elevariam para 26,16% a área da bacia utilizada para esse fim.

Para combater esses problemas, o instituto lançou junto com o estudo a campanha Água Viva para São Paulo, com um site (www.aguavivasp.org.br) e material publicitário que será divulgado nas emissoras de TV. O objetivo será promover a conscientização da população e de empresas e entidades que possam contribuir com o aporte de recursos.

Apressar a aprovação de um projeto de lei específico para a Billings, nos moldes da lei específica para a represa Guarapiranga, já em tramitação na Assembléia Legislativa, é outro objetivo da campanha. Mas, para Stela Goldenstein, secretária do Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo, isso não é suficiente. "Temos que pensar também nos instrumentos políticos para a implementação das medidas de proteção, que ainda não existem", afirmou a secretária.